

Passos para vencer a tirania

The Checklist for Ending Tyranny

Peter Ackerman e Hardy Merriman

From the book: 'Is Authoritarianism Staging a Comeback?'
Editors: Matthew Burrows and Maria J. Stephan
The Atlantic Council, Washington DC – 2015
Translation: João Vicente de Paulo Júnior and Maira Irigaray

TRANSLATOR'S NOTES

Passos para vencer a tirania

Peter Ackerman e Hardy Merriman

Hoje em dia, os conflitos mais mortais do mundo não são externos, entre diferentes países, mas internos, entre tiranos e as populações por eles oprimidas. A crença geral é que essas populações oprimidas têm duas opções: aceitar a tirania, na esperança de que ela evolua e se torne mais amena, ou iniciar uma insurreição violenta para conquistar a liberdade. Essa visão limitada é refutada pelo fato de que as campanhas de resistência civil (às vezes chamadas de movimentos de “poder do povo” ou de conflitos não-violentos) ocorrem com muito mais frequência do que normalmente se percebe. A partir de 1900, a cada ano tem ocorrido, em média, uma grande campanha de resistência civil para desafiar um governante no poder.¹ Cada vez mais, esses movimentos liderados por cidadãos definem o resultado dos conflitos e transições democráticas mais significativos do ponto de vista geopolítico desde 1972.² Ainda assim, os responsáveis pelas políticas, os estudiosos, os jornalistas e outros observadores interessados subestimam sistematicamente a capacidade das pessoas comuns de abalar a tirania e conquistar seus direitos sem violência.

Um ponto cego na análise

As revoltas na Tunísia e no Egito em 2011 e, mais recentemente, na Ucrânia em 2014 são exemplos de como a resistência civil de base pode surpreender as pessoas com seu poder e potencial transformadores. Ninguém viu essas revoltas se formarem, mas isso não chega a torná-las únicas. Poucos viram as “Revoluções Coloridas” se formarem na Sérvia (2000), na Geórgia (2003) e na Ucrânia (2004). Em décadas anteriores, ninguém previa que a resistência não-violenta organizada teria um papel decisivo na queda do ditador filipino Ferdinand Marcos (1986), do ditador chileno Augusto Pinochet (1988), do regime soviético na Polônia (1989) ou do regime do apartheid na África do Sul (1992).

Ao procurar explicar esses e outros conflitos não-violentos, os especialistas internacionais e regionais de modo geral concluem que os casos bem-sucedidos de resistência civil são anomalias históricas baseadas em um conjunto único de circunstâncias em um determinado país e em um determinado momento. Como a opinião é que cada caso de resistência civil tem sua dinâmica específica, eles não são considerados evidência de uma estratégia geral por meio da qual as populações podem exercer o poder contra uma ampla gama de opressores. Contudo, esse ponto cego não é problema para tiranos pelo mundo afora, pois

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

eles reconhecem os movimentos de poder do povo como a maior ameaça ao seu domínio.

Como a incidência dos conflitos não-violentos vem acelerando ao longo da última década, é de suma importância que os que apoiam a mudança pela via democrática renovem seu entendimento dos motivos pelos quais os movimentos de poder do povo têm êxito. O conflito não-violento funciona em muitos casos diferentes porque explora duas realidades fundamentais: para manter seu controle, os regimes autoritários dependem da obediência em larga escala por parte das populações oprimidas e nem todos nesses regimes são igualmente leais.

Como funciona a resistência civil

Com base nessas duas realidades, a resistência civil mobiliza as populações para que, sistematicamente, abandonem a obediência e façam uso da pressão não-violenta — por meio de táticas como greves, boicotes, grandes protestos e outras ações — para perturbar um sistema opressor e conquistar seus direitos, liberdade e justiça. Quando a participação na resistência civil se diversifica e cresce, a repressão contra os resistentes costuma ser insuficiente para restabelecer a tranquilidade e, na verdade, cresce a probabilidade de ela surtir o efeito contrário.

À medida que a perturbação prossegue, também começam a surgir rachaduras no governo e em outras instituições (isto é, na polícia, nas forças armadas, na mídia e nos entes políticos, burocráticos e econômicos) cruciais para o Estado. Essas rachaduras muitas vezes levam à deserção e, à medida que as deserções se acumulam, destroem-se as capacidades básicas de que um autoritarista depende para governar — o controle dos recursos materiais, recursos humanos, habilidades e conhecimento das pessoas, o ambiente da informação e a capacidade para impor sanções. Sem uma cadeia de comando viável com a qual possa executar suas ordens, os tiranos acabam ficando sem opção e se veem forçados a renunciar à sua posição por causa da pressão não-violenta sustentada. Não raro, isso resulta em uma mudança radical.

Habilidades e condições

Com a incidência e o impacto crescentes da resistência civil, é importante examinar que fatores determinam seus resultados. As condições antes do início do conflito determinam se um movimento ou um autoritarista vai vencer, ou a

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

vitória de um lado ou de outro é determinada mais pelas escolhas estratégicas e habilidade com que travam o conflito?

Uma faceta crucial da missão do Centro Internacional para os Conflitos Não-Violentos (do qual fazemos parte) é argumentar que, levando em consideração todos os aspectos, as habilidades são mais importantes do que as condições para determinar as trajetórias e os resultados de um movimento. Esse ponto normalmente desperta uma reação considerável, voltada, sobretudo, para a disposição do adversário de usar a violência. Não raro se repete o refrão de que “a resistência não-violenta só funciona contra adversários benignos ou leves”, mas parece ser conveniente se esquecer da derrota do regime do apartheid na África do Sul, de Augusto Pinochet no Chile, de Ferdinand Marcos nas Filipinas e do regime comunista na Polônia. Os exemplos mais recentes abrangem Hosni Mubarak no Egito e Ben Ali na Tunísia. Nenhum desses regimes pode ser considerado leve, benigno ou relutante em reprimir fortemente seus adversários.

Esses exemplos qualitativos encontram respaldo em análises quantitativas. Em 2008, a organização Freedom House publicou um estudo, fruto de pesquisas, que examinou vários fatores estruturais e sua influência sobre a resistência civil em 64 transições de governos autoritários entre 1975 e 2006. Eis um trecho da sua principal conclusão:

(...) nem os fatores políticos nem os fatores ambientais examinados neste estudo tiveram impacto estatisticamente significativo no sucesso ou no fracasso dos movimentos de resistência civil. (...) [O]s movimentos cívicos têm a mesma probabilidade de ter êxito tanto em países menos desenvolvidos e economicamente pobres, como em sociedades desenvolvidas e afluentes. O estudo tampouco constata evidências significativas de que a polarização étnica ou religiosa tenha um grande impacto sobre as possibilidades de surgimento de uma oposição cívica coesa. Ademais, o tipo de regime tampouco parece ter grande influência sobre a capacidade dos movimentos cívicos de obter amplo apoio.³

O único fator examinado no estudo que teve influência estatisticamente significativa sobre o surgimento e o desfecho dos movimentos de resistência civil foi a centralização do governo. Segundo os autores:

O estudo aponta forte correlação positiva entre a centralização e o surgimento de um movimento cívico robusto com potencial para

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

desafiar a autoridade do regime. O inverso também parece ser válido: quanto maior o grau de descentralização do governo, menor a probabilidade do surgimento de um movimento bem-sucedido de mobilização cívica.⁴

Assim, embora o estudo encontre uma condição ambiental que influencia as trajetórias dos movimentos de resistência civil, suas constatações gerais enfraquecem os argumentos de que as condições são determinantes para o desfecho desses conflitos.

Três anos depois, no premiado livro *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict* (Por que a resistência civil funciona: a lógica estratégica do conflito não-violento), de 2011, as pesquisadoras Erica Chenoweth e Maria Stephan analisaram rigorosamente 323 campanhas violentas e não-violentas que desafiaram governos no poder entre 1900 e 2006.⁵ Suas descobertas pioneiras mostraram que as campanhas não-violentas tiveram êxito em 53% das vezes, contra 26% no caso das campanhas violentas.⁶ Também constataram que, embora a repressão do Estado e outros fatores estruturais possam influenciar as perspectivas de sucesso de uma campanha de resistência civil (porém com menos frequência do que se costumaria supor — no caso de repressão violenta por parte do Estado, a redução dos índices de sucesso foi de apenas 35%), elas não encontraram condições estruturais que fossem determinantes para o desfecho dos movimentos.⁷ Após avaliar minuciosamente os dados, concluíram que “as evidências sugerem que a resistência civil costuma ser bem-sucedida, a despeito das condições ambientais que muitos associam ao fracasso das campanhas não-violentas”.⁸

Esses resultados revelam as premissas equivocadas que servem de base para o pensamento convencional sobre a resistência civil. As habilidades e a escolha estratégica muitas vezes são mais importantes do que as condições para determinar o desfecho desses conflitos. Na verdade, isso não chega a surpreender se considerarmos que a primeira decisão, com base na estratégia, tomada pelos opositores de um tirano diz respeito a como lutar. É razoável esperar que, se as condições externas fossem essenciais para determinar o desfecho, então a escolha estratégica desses opositores sobre como lutar não faria diferença e os índices de sucesso entre os conflitos violentos e não-violentos deveriam ser os mesmos ao longo do tempo e em muitos casos.

Mas não é isso que os dados indicam. Entre 1900 e 2006, o índice de sucesso dos movimentos de poder do povo foi duas vezes maior, e estudos de caso recentes mostram que o diferencial entre os índices de sucesso não mostraram variação significativa.⁹ Alguns podem rebater isso ao reafirmar que, na resistência civil, as

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

pessoas escolhem as batalhas mais fáceis de serem vencidas, mas Chenoweth e Stephan anteviram esse argumento e mostraram que “(...) a vasta maioria das campanhas não-violentas surgiu em regimes autoritários (...) em que mesmo a oposição pacífica contra o governo poderia ter consequências fatais”.¹⁰

O economista Thomas Schelling, ganhador do Prêmio Nobel, foi certo em um ensaio que escreveu há mais de 50 anos no livro *Civilian Resistance as a National Defence: Nonviolent Action against Aggression* (Resistência civil como uma defesa nacional: a ação não-violenta contra a agressão). Eis sua conclusão:

O tirano e os que estão sujeitos a ele se encontram em posições de certo modo simétricas. Os oprimidos conseguem negar ao tirano a maioria das coisas que ele quer — se tiverem a organização e a disciplina para se recusar a colaborar. Já o tirano consegue negar aos oprimidos praticamente tudo o que eles querem — ao usar a força sob seu comando. (...) É uma negociação em que qualquer um dos lados, com a devida disciplina e organização, consegue negar a maioria das coisas que o outro lado quer; assim, resta ver quem vence.¹¹

Segundo Schelling, as táticas selecionadas na resistência civil têm custos e benefícios, assim como as táticas usadas pelo adversário autoritário. Vence o protagonista que distribui esses custos e benefícios da forma mais eficiente para o seu lado. O líder habilidoso da resistência civil quer criar uma perturbação afim de maximizar as deserções e, em um cenário ideal, quer empregar táticas por meio das quais perturbações relativamente pequenas acarretem um grande número de deserções. O autoritarista habilidoso precisa impor a obediência, às vezes recorrendo até à violência, e, em um cenário ideal, espera usar o mínimo de violência necessário para conseguir o máximo de obediência. A soma de deserções frente à obediência determina quem ganha.

Capacidades e tendências: os passos para vencer a tirania

Se as habilidades e as escolhas estratégicas são os fatores que mais influenciam o desfecho dos movimentos de resistência civil, então deveríamos estar aptos a identificar as capacidades, habilidades e escolhas comuns a uma variedade de movimentos que formam os denominadores comuns do êxito. Muitos aspectos de um movimento podem ser analisados, mas, quando extraímos a profusão de variáveis, descobrimos que as três capacidades essenciais dos movimentos de resistência civil bem-sucedidos são:

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

1. A capacidade para unificar as pessoas
2. O planejamento operacional
3. A disciplina da não-violência

Quando essas capacidades estão presentes em um movimento de resistência civil, está preparado o cenário para três tendências poderosas se manifestarem, tendências essas que também exercem grande impacto no êxito do movimento. São elas:

1. O aumento da participação de civis na resistência civil
2. A redução do impacto da repressão e o aumento da reação contrária
3. O aumento das deserções entre o adversário do movimento

Em conjunto, chamaremos essas três capacidades e três tendências de passos para vencer a tirania. Acreditamos que alcançá-los aumenta consideravelmente a chance de êxito de um movimento. Nesse sentido, esses passos não são uma fórmula que garante um desfecho, mas sim uma estrutura que ajuda as pessoas a organizar seu pensamento e a aumentar sua eficácia.

Para tanto, uma função desses passos é reduzir a sensação de desorientação que pode se instalar durante um conflito. A complexidade é um dos maiores desafios enfrentados pelos movimentos de resistência civil e, em meio à incerteza do conflito, pode ser difícil discernir que fatores são mais importantes ao tomar decisões. Sustentamos que, para um ativista ou um observador externo avaliar o estado atual, os pontos fortes e fracos e as perspectivas de sucesso de um movimento, convém verificar a presença das três capacidades e três tendências referidas acima, o que lhe oferecerá uma base sólida para essa avaliação.

A seguir, discutimos em mais detalhe cada passo:

1. A capacidade para unificar as pessoas

Os autoritaristas se especializam na tática de dividir e dominar; assim, quem os desafia deve ser mais habilidoso na criação da unidade. Construir a unidade e mantê-la são uma tarefa multifacetada, mas seu principal aspecto é a formulação de uma visão comum e inclusiva para o movimento de resistência civil. Para conseguir isso, é necessário que os organizadores do movimento tenham um profundo conhecimento das queixas, aspirações, cultura e valores dos diversos grupos que eles desejam mobilizar. Esse conhecimento constitui a base para formular e comunicar uma visão que conquiste apoio generalizado e mobilize as pessoas. Visões eficazes encontram eco na experiência pessoal e nos

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

sentimentos das pessoas comuns, que se sentem convocadas a participar da resistência civil coletiva.

Outro aspecto crucial da construção da unidade é a presença de uma estrutura organizacional e de liderança que tenha legitimidade. A participação em movimentos é voluntária e, nesse sentido, os líderes não têm uma autoridade oficial de comando nem controle sobre a população mobilizada. Isso significa que as decisões em um movimento precisam ser tomadas e executadas de maneira que o público que esteja sendo mobilizado as entenda como legítimas. Cada movimento desenvolve sua própria maneira de fazer isso — alguns de forma mais hierárquica, outros de modo mais descentralizado e outros ainda combinando as duas maneiras com o passar do tempo. Seja qual for exatamente a estrutura organizacional e de liderança de um movimento, existem diversas formas de liderança de movimentos, e a unidade implica harmonizá-las. Para cada líder nacional nominal ou carismático, existem muitos líderes locais que precisam ser extremamente habilidosos na formação de coalizões, na negociação e na combinação dos interesses de diversos grupos. O que sustenta a unidade a longo prazo é a capacidade de trabalhar em conjunto de diferentes líderes, em diferentes escalas (local ou nacional), de diferentes partes de um país e representando diferentes grupos.

Podemos ver evidências desses dois aspectos da unidade na resistência civil usados pelo movimento contra o apartheid na África do Sul, na década de 1980. Centenas de grupos cívicos locais brotaram durante essa década para defender as necessidades municipais, como água limpa e acesso a serviços, ao mesmo tempo em que se uniram sob uma visão comum para pôr fim ao apartheid e conseguir conciliar o país. Esses grupos, que se juntaram à Frente Democrática Unida, tiveram líderes locais que conseguiram efetivamente liderar táticas descentralizadas (por ex., boicotes pelos consumidores) para resolver questões locais. Ao mesmo tempo, tais líderes se comunicavam e colaboravam com estruturas organizadoras maiores e com a liderança do movimento nacional.

2. Planejamento operacional

Executar a resistência civil de forma eficaz é bem mais complexo do que a maioria supõe. A imagem que vem à mente quando as pessoas pensam em resistência civil é o protesto. No entanto, essa é apenas uma das, literalmente, centenas de táticas à disposição. Os movimentos mais eficazes entendem que tática escolher, quando, onde, como e por quem ela deve ser executada, qual deve ser seu alvo, e qual deve ser a sequência das demais táticas.

Responder corretamente a essas perguntas exige um planejamento baseado em uma análise detalhada dos pontos fortes e fracos do movimento e do adversário,

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

bem como das oportunidades e riscos. Além disso, exige uma avaliação do ambiente do conflito e das partes neutras ou não comprometidas (como os membros da comunidade internacional) que possam influenciar o conflito. A partir dessas informações, os movimentos podem, de fato, formular objetivos para o curto, médio e longo prazos, além dos respectivos planos operacionais. Embora esses planos evoluam com o passar do tempo em resposta aos acontecimentos em campo (como ocorre com todos os planos), para os participantes de um movimento, mais decisivo do que formular o plano em si é desenvolver o processo e a mentalidade do planejamento.

A propósito, é no planejamento operacional que vemos a mais clara interseção das habilidades e das condições em um conflito. A base do planejamento operacional é uma avaliação das condições — tanto favoráveis como desfavoráveis — enfrentadas pelo movimento. Em seguida, o movimento planeja explorar as condições favoráveis e superar, transformar ou contornar as desfavoráveis usando suas habilidades e escolhas estratégicas.

Um exemplo claro de planejamento operacional pode ser notado no movimento Solidariedade na Polônia, nos anos 1980. Ao compreender seus pontos fortes e capacidades, os trabalhadores articularam uma demanda forte e realista do ponto de vista político para que os sindicatos se tornassem independentes (porém evitaram exigir o fim do regime comunista, uma meta inalcançável até então); concentraram seus pontos fortes na organização da mão de obra e na solidariedade entre trabalhadores diversos contra a vulnerabilidade econômica e a falta de legitimidade do adversário; e escolheram a tática eficaz de fazer greves ocupando os locais de trabalho (em vez de sair e marchar pelas ruas, o que os deixara vulneráveis à repressão quando tentaram esse expediente em anos anteriores). Tudo isso foi amplificado pela confiança dos trabalhadores em instituições alternativas — sobretudo prensas e periódicos independentes — que haviam se desenvolvido na década anterior para facilitar a comunicação entre as cidades. Ao selecionar um objetivo estratégico, um alvo apropriado e táticas adequadas (uma greve de ocupação e o uso de instituições alternativas) que estavam ao alcance das suas capacidades, o movimento Solidariedade conseguiu atravessar o ambiente de conflito, superou as condições adversas e avançou rumo ao seu objetivo final de um Estado democrático na Polônia, finalmente alcançado em 1989.¹²

3. A disciplina da não-violência

Manter a disciplina da não-violência — a capacidade da resistência de não recorrer à violência apesar das provocações — é essencial para a dinâmica funcional da resistência civil. Com a disciplina da não-violência, os movimentos

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

maximizam a participação de civis, elevam o custo da repressão para o adversário, aumentam a probabilidade de que a repressão saia pela culatra e têm bem mais chances de induzir deserções entre os principais pilares de apoio ao adversário. Conforme Chenoweth e Stephan mostram em seu estudo, esses benefícios contribuem consideravelmente para o diferencial nos índices de êxito entre a violência e as campanhas de resistência civil.¹³

Para alcançar a disciplina da não-violência, os movimentos precisam confiar que a resistência civil é um meio eficaz para dar prosseguimento ao seu conflito. As informações sobre como a resistência civil funciona e seu histórico podem ser úteis nesse sentido, assim como uma estratégia eficaz que produza vitórias crescentes com o passar do tempo e mostre que a resistência civil funciona. Os movimentos também mantêm a disciplina da não-violência ao criar uma cultura e normas que zelem pela sua aplicação. Por exemplo, o movimento Otpor na Sérvia, que derrubou Slobodan Milosevic, treinou sistematicamente novos membros para que entendessem como a resistência civil funcionava e por que era importante não recorrer à violência.

Esses esforços não exigem que o movimento discuta argumentos éticos sobre não recorrer à violência, mas as pessoas devem reforçar umas nas outras os benefícios práticos da disciplina da não-violência, enquanto trazem à lembrança os casos em que a impaciência ou a falta de confiança na resistência civil levou as pessoas a adotarem táticas violentas, com consequências desastrosas, como se poderia prever (a Síria é o exemplo trágico recente).

4. O aumento da participação de civis na resistência civil

Níveis elevados de participação de civis na resistência civil são, seguramente, o maior indicador do êxito de um movimento.¹⁴ Isso faz sentido, pois quanto mais pessoas deixam de consentir e de obedecer a um autoritarista, mais fraco ele se torna e maior o custo de tentar manter o controle. Além disso, acreditamos que o aumento da participação de civis também aumenta as chances de que a repressão saia pela culatra. Ademais, as evidências quantitativas mostram que o crescimento dessa participação aumenta a probabilidade de deserções entre quem apoia o adversário.¹⁵

Para ilustrar a importância de níveis elevados de participação de civis, as revoluções de 2011 no Egito e na Tunísia conquistaram amplo apoio em diversos grupos demográficos — homens e mulheres; grupos religiosos e laicos; jovens, pessoas de meia idade e idosos; trabalhadores das classes média e baixa; e populações urbanas e rurais. Em contrapartida, tanto o movimento estudantil de 1989 na China como o Movimento Verde de 2009 mobilizaram milhões e viraram

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

manchete, mas nenhum dos dois alcançou seus objetivos declarados porque, em parte, não conseguiu aumentar sua base demográfica inicial e crescer a ponto de conquistar uma participação cívica generalizada.

Alcançar níveis elevados de participação na resistência civil é uma consequência dos três primeiros passos. Uma visão unificadora ajuda a construir a coesão e estimular a mobilização. O planejamento operacional inspira confiança e fornece uma série de táticas para conciliar as diferenças entre as pessoas em termos de tolerância ao risco, tempo disponível e capacidade para se sacrificar pelo movimento. Uma estratégia eficaz oferece opções aos pobres, aos ricos, aos jovens, aos velhos e a todos os demais para que possam fazer algo, pequeno ou grande, para apoiar o movimento. A disciplina da não-violência assegura a participação de todos (em oposição a apenas homens fortes na resistência armada) e é bem maior a probabilidade de os meios não-violentos atraírem uma ampla parcela da sociedade.

5. Reduzir o impacto da repressão e fazer com que ela surta, cada vez mais, o efeito contrário

Uma das ferramentas mais poderosas do autoritarista é a capacidade de usar a repressão, mas os movimentos eficazes aprendem o que fazer para reduzir o impacto da repressão e, ao mesmo tempo, aumentar seus custos. Duas formas de fazer isso são a avaliação cuidadosa dos riscos e a escolha tática, pois nem todas as táticas correm o mesmo risco de serem reprimidas. Embora as ações centralizadas, como os grandes protestos, provavelmente sejam combatidas por meio de repressão, as táticas descentralizadas, como os boicotes de consumidores, as greves em que os trabalhadores ficam em casa, o expediente de dizer que está doente para não ir à aula, ou a exibição anônima de pequenos símbolos em locais públicos são muito mais difíceis de serem reprimidas por um regime. Isso ocorre porque a adoção de algumas táticas (por ex., o boicote dos consumidores) não é óbvia (não é possível olhar para uma pessoa e dizer se ela está boicotando um produto ou não) ou porque essas pessoas estão espalhadas e podem negar a tática (ou seja, para identificar quem faz uma greve ficando em casa, a polícia teria que visitar todos os trabalhadores, e quem diz que está doente para não ir trabalhar ou ir à aula pode alegar que realmente estava doente).

Em 1983, no Chile, dissidentes políticos que se opunham à ditadura de Augusto Pinochet tiveram que encontrar uma maneira de contornar a repressão. Uma década de prisões em massa, execuções, tortura e desaparecimentos significava que as pessoas estavam assustadas demais para se organizar ou se mobilizar. Em abril, mineradores de cobre convocaram uma greve fora de Santiago, mas

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

Pinochet ameaçou que haveria um derramamento de sangue ao enviar tropas para cercar as minas antes da data prevista para o início da greve. Em face dessa repressão, os líderes sindicais cancelaram a greve e convocaram um dia nacional de protesto, em que qualquer um que protestasse contra o regime trabalharia devagar, andaria devagar, dirigiria devagar e, às 20h, faria um panelaço.¹⁶ A participação foi generalizada e sem precedentes, o que levou à convocação mensal de protestos. Esse foi o primeiro grande passo para superar a camada de medo e atomização que constituía a pedra angular do regime de Pinochet. Essas ações tinham um nível de risco baixo e aceitável para os participantes e não eram passíveis de repressão: as forças de segurança de Pinochet não tinham resposta para táticas descentralizadas de tão larga escala.

Outros aspectos da redução do impacto da repressão, ou do aumento dos seus custos e da probabilidade de o tiro sair pela culatra, envolvem a articulação de determinadas queixas em termos apolíticos (manifestantes que pedem água potável e segurança em seus bairros, em oposição à queda do regime), construindo linhas claras de sucessão da liderança e reduzindo a distância social entre os participantes de um movimento e os grupos internos e externos, para aumentar a probabilidade de que a repressão surta o efeito contrário. Por exemplo, quando o blogueiro egípcio Khaled Said foi retirado de um cybercafé em 2010 e espancado até a morte pelas forças de segurança por expor a corrupção, um grupo dissidente no Facebook chamado “We are All Khaled Said” contra-atacou as tentativas do governo egípcio de desvalorizar a vida de Said. Por meio da sua presença, deixaram claro que Said tinha muito em comum com os egípcios comuns, fazendo com que a repressão surtisse o efeito contrário.

6. Aumentar as deserções entre o adversário do movimento

Com o passar do tempo, a resistência civil vai avançando e costuma induzir os apoiadores ativos e passivos do adversário à mudança de lealdade e à deserção. Por exemplo, os reformistas e os radicais no governo podem começar a disputar publicamente o controle. Os interesses econômicos podem pressionar o Estado a atender as exigências de um movimento para que haja uma retomada da atividade econômica. Os funcionários do regime, como soldados, policiais, servidores públicos, etc., também podem começar a rever sua lealdade, talvez porque tenham se convencido das exigências do movimento, estejam desgostosos com o regime ou mesmo porque amigos e pessoas da família estejam participando da resistência civil. Mesmo as elites simpáticas ao regime podem começar a duvidar da sua sustentabilidade e assumir uma posição neutra, de modo a não correr o risco de acabar do lado errado da história caso a resistência civil tenha êxito.

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

Na Revolução Laranja na Ucrânia, em 2004, os dissidentes buscaram, intencionalmente, estabelecer linhas de comunicação com as forças de segurança, recorrendo ao corpo de oficiais militares já reformados como intermediários.¹⁷ Com o passar do tempo, a oposição provou com suas ações que era razoável e não violenta; instou as forças de segurança a servir e proteger o bem público; reduziu a distância social mediante a fraternização, slogans e ações (como dar rosas à polícia de choque); revelou a corrupção do regime no poder e, por último, fomentou a mudança de lealdade entre as forças de segurança. Quando chegou a hora de recorrer à repressão, muitos soldados e policiais ucranianos simplesmente assumiram uma posição neutra. Algo semelhante ocorreu na Sérvia de Slobodan Milosevic. Sem desertar abertamente, as forças de segurança simplesmente deixaram de executar com entusiasmo as ordens do regime. No clímax do movimento Otpor, em 5 de outubro, o policial responsável por despejar dispersantes químicos de um helicóptero sobre a multidão recusou-se a fazê-lo, alegando que não conseguia ter uma visão clara da multidão porque o tempo estava fechado, embora o sol brilhasse. Mais tarde, comentou que sentiu que não conseguiria cumprir as ordens porque pessoas da sua família poderiam estar entre os manifestantes.¹⁸

Quer a causa seja a persuasão ou o interesse próprio, deserções como essas costumam ser o resultado de processos longos, catalisados por um movimento de resistência civil. Assim como no caso das duas tendências anteriores, essa tendência surge quando um movimento incorpora a unidade, o planejamento e a disciplina não-violenta. Os dados mostram uma correlação entre níveis elevados de participação diversificada e o aumento da probabilidade de deserção, e a unidade, o planejamento e a disciplina não-violenta ajudam a ampliar e diversificar a participação. Em especial, a disciplina não-violenta é importante para induzir deserções. Enquanto um movimento não recorre à violência e evita a transição para uma insurreição violenta (como no trágico caso da Síria em 2011), o movimento consegue sobreviver para continuar a lutar e mantém aberta a possibilidade de deserções. Se os alvos que provocam a mudança de lealdade dentro de um regime não forem existencialmente ameaçados por uma insurgência violenta, seu potencial de deserção continua a ser uma ameaça constante à coesão da estrutura de poder do regime autoritário.

Implicações para os agentes externos

Os passos discutidos acima não são apenas uma orientação útil para os dissidentes; outros grupos também podem aplicá-los para melhorar seu desempenho em relação a esses conflitos. Por exemplo, esses passos podem

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

ajudar os jornalistas a informar com mais discernimento sobre a resistência civil. Se os jornalistas quisessem compreender profundamente um conflito, os passos indicariam que posicionar um repórter na frente do alvo em chamas de um coquetel molotov em Kiev, no início de 2014, para que ele pudesse especular se a violência poderia piorar, não ajuda a esclarecer as forças por trás do conflito. Mas a investigação sobre a situação da unidade e planejamento do movimento, as fontes da decomposição da disciplina da não-violência, o aumento da participação de civis, o impacto decrescente da repressão sobre o movimento e a plena obediência ou não, por parte das forças de segurança, às ordens, sem falar das deserções, proporcionariam uma análise de primeiríssima linha. Acrescente a tudo isso a compreensão da perda do apoio da comunidade empresarial e fica claro por que o presidente ucraniano Yanukovich fugiu no dia 21 de fevereiro daquele mesmo ano, horas após o mais grave ato de violência de seu regime, ter saído pela culatra. Esses fatos são mais fáceis de prever quando se está examinando de antemão os indicadores certos.

Se houvessem sido considerados pelas autoridades no segundo semestre de 2011, os passos de que tratamos aqui poderiam ter indicado mais oportunidades de vitória da resistência civil contra o regime de Bashar al-Assad na Síria. A continuação da mudança de lealdade ao regime entre os militares (indo além dos soldados sunitas) poderia ter sido vista como a melhor esperança de vitória. A retirada do apoio de membros da comunidade empresarial foi outro indicador. Por esse ponto de vista, o incentivo ao Exército Livre da Síria, no início de 2012, para que combatesse o que restava dos militares alaíitas de Bashar al-Assad deveria ter sido visto como contraproducente e, por que não dizer, o prenúncio de uma tragédia.

Os passos podem ser especialmente úteis na elaboração de normas para reger a assistência externa aos movimentos de poder dos povos nativos. Por exemplo, as três capacidades se baseiam em habilidades e podem ser ampliadas por meio de um intercâmbio de informações. Nos termos do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os tiranos não podem restringir o fluxo de informações através das suas fronteiras nem punir cidadãos que retransmitam essas informações aos dissidentes. Todos os seis passos também podem evocar o pensamento sobre caminhos para a inovação tecnológica que poderiam facilitar o cultivo das três capacidades e das três tendências.

As capacidades e tendências diante dos conflitos que vão moldar nosso futuro

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

São complexos os ambientes em que os conflitos não-violentos são travados, e os participantes da resistência civil — que precisam de uma coordenação de base para sequenciar uma série de táticas para transformá-la em uma estratégia vitoriosa — costumam experimentar uma sensação de desorientação. O medo natural de tomar decisões erradas, pois a vida e a liberdade das pessoas estão em jogo, pode levar à passividade que o tirano busca, bem como reforçar a ilusão da invulnerabilidade do tirano.

Os passos discutidos neste texto podem ajudar os dissidentes a reduzir essa sensação de desorientação e encontrar o caminho à frente. Alguns podem argumentar que, com tantas variáveis em jogo, uma lista de passos para acabar com a tirania é simplista demais e que a avaliação da tomada de decisões cruciais durante os conflitos futuros exigirá uma atenção primordial a fatores únicos da época e lugar em questão.

Contudo, esses passos não exigem ignorar fatores específicos de uma situação, mas sim procurar entender esses fatores no contexto de um quadro estratégico mais amplo que revele como e por que os movimentos de resistência civil podem vencer. Atul Gawande, estudioso da importância das listas de passos em vários outros contextos, escreve que:

Ao que parece, essas listas podem proteger qualquer um, até mesmo os experientes, do fracasso em muito mais tarefas do que nos damos conta. Elas proporcionam uma espécie de rede cognitiva. Capturam falhas mentais inerentes a todos nós — falhas de memória, de atenção, de exatidão...¹⁹

Em condições de verdadeira complexidade — em que o conhecimento necessário supera o de qualquer pessoa e rege de forma imprevisível... [listas de passos eficazes] são uma garantia de que as coisas tolas, porém cruciais, não sejam deixadas de lado e... asseguram que as pessoas conversem e se coordenem... para administrar as nuances e imprevisibilidades da melhor forma que souberem.²⁰

A lista de passos pode não ser o indicador final de quem prevalecerá: o tirano ou os participantes da resistência civil. Contudo, pode ser o conjunto de indicadores crucial e contínuo para entender como a demanda dos cidadãos por liberdade pode superar os sistemas autoritários arraigados.

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

Notas

¹ Com base na pesquisa de Erica Chenoweth e Maria Stephan, que identificaram 105 campanhas de resistência civil que buscaram uma mudança de governo em países e territórios em todo o mundo entre 1900 e 2006.

Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. p. 6.

Dados do NAVCO 1.1. Disponível em:

http://www.du.edu/korbel/sie/research/chenow_navco_data.html.

² Com base em 67 transições para um regime democrático analisadas entre 1972 e 2005 no estudo *How Freedom is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy*. Os autores constatam que:

“A força da resistência cívica foi um fator crucial para impelir 50 das 67 transições, o que corresponde a mais de 70% dos países onde as transições começaram após regimes ditatoriais caírem e/ou novos Estados surgirem da desintegração de Estados multinacionais. Dos 50 países onde a resistência cívica foi uma estratégia fundamental (ou seja, países onde a transição foi impelida por forças cívicas ou países onde houve uma transição combinada envolvendo contribuições significativas de forças civis e de detentores do poder), nenhum dos países era livre, 25 eram parcialmente livres e 25 países não eram livres. Hoje [em 2005], anos após a transição, 32 desses países são livres, 14 são parcialmente livres e apenas 4 não são livres.”

Ackerman, Peter e Adrian Karatnycky. 2005. *How Freedom is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy*. Washington, DC: Freedom House. pp. 6-7.

³ Marchant, Eleanor, Adrian Karatnycky, Arch Puddington e Christopher Walter. 2008. *Enabling Environments for Civic Movements and the Dynamics of Democratic Transition*. Freedom House, relatório especial. 18 de julho. p. 1.

⁴ *Ibid.*, p. 1.

⁵ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. p. 6.

⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁷ *Ibid.*, p. 68.

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (orgs.), *Is Authoritarianism Staging a Comeback?*, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

⁸ Ibid., p. 62.

⁹ Chenoweth, Erica. 2014. Trends in Civil Resistance and Authoritarian Responses. The Atlantic Council Future of Authoritarianism Project. 15 de abril.

¹⁰ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. p. 66.

¹¹ Thomas C. Schelling. 1968. "Some Questions on Civilian Defence," in Adam Roberts, org., *Civilian Resistance as a National Defence: Non-violent Action Against Aggression*. Harrisburg, PA: Stackpole Books. p. 304.

¹² Ackerman, Peter e Jack DuVall. 2000. *A Force More Powerful: A Century of Nonviolent Conflict*. Londres: St. Martin's Press/Palgrave Macmillan. pp. 113-174.

¹³ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. pp. 30-61.

¹⁴ Ibid., pp. 30-61.

¹⁵ Ibid., pp. 46-49.

¹⁶ *A Force More Powerful*. Dir. Steve York. York Zimmerman. 2000. Filme.

¹⁷ Binnendijk, Anika Locke e Ivan Marovic. 2006. Power and Persuasion: Nonviolent Strategies to Influence State Security Forces in Serbia (2000) and Ukraine (2004). *Communist and Post-Communist Studies* 39, nº 3 (setembro). pp. 411-429.

¹⁸ Entrevista com Nebojsa Covic, *Vecernje Novosti*, 2 de outubro de 2010.

¹⁹ Gawande, Atul. 2009. *The Checklist Manifesto: How to Get Things Right*. Nova Iorque: Picador. p. 47.

²⁰ Ibid., p. 79.